

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 52/XII/3.<sup>a</sup> SL**

Aos 23 dias do mês de abril de 2014, pelas 10 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3 Distribuição e nomeação de relator para o parecer solicitado pela Comissão de Saúde no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 205/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Proceder a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio;**
- 4 Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito da apreciação na generalidade da proposta de lei n.º 214/XII/3.<sup>a</sup> (GOV) - Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na *Internet* da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital**  
**Relator - Deputado José Magalhães (PS);**
- 5 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para a audição do Conselho Superior da Magistratura «acerca da implementação da organização do sistema judiciário nomeadamente do processo de nomeação dos juizes presidentes das comarcas»;**
- 6 Distribuição e admissão de petições;**
- 7 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 8 Outros assuntos.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 52/XII/3.ª SL**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, passou-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

<b>Título do Documento</b>	<b>Deputado Relator</b>	<b>Data-limite de envio à CAE:</b>
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Painel de avaliação da justiça na UE - 2014 [COM(2014)155].</i>	<b>Deputado João Lobo (PSD)</b>	NA
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - UMA POLÍTICA DE VISTOS MAIS INTELIGENTE E ORIENTADA PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO [COM(2014)165]. Este Relatório tem associado um documento de trabalho [SWD(2014)101].</i>	<b>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</b>	NA
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [COM(2014)196].</i>	<b>Deputado Luís Pita Ameixa (PS)</b>	NA
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso [COM(2014)199].</i>	<b>Deputada Andreia Neto (PSD)</b>	NA
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as orientações para a aplicação da Diretiva 2003/86/CE relativa ao direito ao reagrupamento familiar [COM(2014)210]</i>	<b>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</b>	NA
<i>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Código de Vistos da União (Código de Vistos) [COM(2014)164].</i>	<b>Deputada Ana Catarina Mendes (PS)</b>	20.05.2014
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 [COM(2014)225].</i>	<b>Deputada Isabel Alves Moreira (PS)</b>	NA

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 52/XII/3.<sup>a</sup> SL

No terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) foi designado relator do parecer solicitado pela Comissão de Saúde, no âmbito da apreciação na especialidade da [proposta de lei n.º 205/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Proceda a alterações ao Decreto-Lei n.º 189/2000, de 12 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 134/2005, de 16 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de agosto, ao Decreto-Lei n.º 189/2008, de 24 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 145/2009, de 17 de junho, e ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio.

Por ainda não se encontrar presente o Senhor Deputado José Magalhães (PS), relator do parecer relativo à [proposta de lei n.º 214/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#), foi adiada a respetiva apresentação para o final da reunião.

Foi, então, apreciado o requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para a audição do Conselho Superior da Magistratura (CSM) «acerca da implementação da organização do sistema judiciário nomeadamente do processo de nomeação dos juizes presidentes das comarcas», tendo o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) apresentado uma reformulação do requerimento nos seguintes termos: após a apresentação do seu relatório de atividades à Assembleia da República, nos termos do artigo 149.º-A do Estatuto dos Magistrados Judiciais, o Conselho Superior da Magistratura seria ouvido pela Comissão, sendo o tema constante do requerimento abordado nessa ocasião. Os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Telmo Correia (CDS-PP) e António Filipe (PCP) manifestaram-se a favor da reformulação apresentada, salientando que a reflexão solicitada na passada reunião tinha produzido frutos.

No final, o Senhor Presidente sugeriu que fosse agendada uma reunião com o plenário do CSM para uma troca de impressões sobre a definição dos atos não jurisdicionais deste órgão, sugestão que mereceu a concordância dos Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Telmo Correia (CDS-PP) e Jorge Lacão (PS), tendo sido recordado que o tipo de relação do CSM com o Parlamento se faz através do cumprimento de um

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 52/XII/3.<sup>a</sup> SL**

dever de informação qualificada sobre a respetiva atividade, não estando tal órgão subordinado a um ato de fiscalização atento o seu estatuto de independência.

No sexto ponto da ordem do dia, a Comissão deliberou indeferir liminarmente a petição n.º [381/XII/3.<sup>a</sup>](#) – Solicita à Assembleia da República a concessão de uma amnistia -, com fundamento no facto de já terem sido admitidas e apreciadas pela Comissão petições sobre a mesma matéria (artigo 12.º, alínea c), do RJEDP).

Foi, ainda, admitida e distribuída a seguinte petição:

PETIÇÃO	PETICIONANTE	ASSUNTO	RELATOR DESIGNADO
<a href="#">379/XII/3</a>	Paulo Jorge Figueiredo	Solicita a alteração da idade mínima de elegibilidade do Presidente da República	Deputada Andreia Neto (PSD)

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, passou-se ao ponto da ordem do dia reservado a «Outros assuntos».

O Senhor Presidente começou por dar conta da apresentação, pelo Grupo Parlamentar do PCP, de um requerimento solicitando a audição da Procuradoria-Geral da República «no sentido de obter informação quanto às condições em que o Ministério Público acompanha e intervém nos processos de contraordenação e de apurar que medidas podem ser adotadas para evitar a ocorrência de prescrições nos referidos processos», no quadro das audições já realizadas à CMVM, ao Banco de Portugal e ao CSM, tendo-se seguido um breve debate, em que intervieram os Senhores Deputados António Filipe (PCP), Jorge Lacão (PS), Hugo Velosa (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP). No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

Mereceu igualmente a aprovação dos Grupos Parlamentares presentes a realização de uma audição com o Ministro da Administração Interna para informar a Comissão sobre a participação de forças portuguesas no dispositivo europeu a ser destacado

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 52/XII/3.<sup>a</sup> SL**

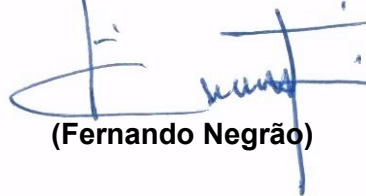
para a República Centro Africana, na sequência da carta enviada pelo Ministro da Administração Interna manifestando a sua disponibilidade para o efeito.

Por último, e após uma breve pausa, procedeu-se à apreciação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito da apreciação na generalidade da [proposta de lei n.º 214/XII/3.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - Estabelece um sistema alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais e sítios na Internet da Administração Pública denominado Chave Móvel Digital, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Magalhães (PS). Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de abril de 2014

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



(Fernando Negrão)

**Aprovada em 07-05-2014**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 52/XII/3.<sup>a</sup> SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
António Filipe  
António Gameiro  
Fernando Negrão  
Filipe Neto Brandão  
Hugo Lopes Soares  
Hugo Velosa  
Isabel Alves Moreira  
João Lobo  
Jorge Lacão  
José Magalhães  
Luís Pita Ameixa  
Maria Paula Cardoso  
Paulo Rios de Oliveira  
Paulo Simões Ribeiro  
Telmo Correia  
Carlos Abreu Amorim  
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Cecília Honório  
Francisca Almeida  
Isabel Oneto  
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Teresa Anjinho